

## **Apresentação**

O campo brasileiro, frente às inúmeras transformações de ordem estrutural, renova a sua existência de novos sentidos. Com a expansão e o aprofundamento de relações da sociedade capitalista no território brasileiro, a técnica passa a redefinir a configuração territorial, as formas de trabalho, as relações de produção e, conseqüentemente, um novo código de ética e valores.

Na década de 1990, mecanismos coercitivos neoliberais incorpora no Brasil a heterogênea malha de territórios marginalizados antes pelo capital, seja em áreas de fronteira, seja em espaços historicamente *usados* e economicamente decadentes. As necessidades de atendimento da demanda comercial de certos mercados, associada à fase de abertura comercial do Brasil para o mercado internacional, criaram uma conjuntura propícia para o investimento externo e o aceleração transformações territoriais.

Com a apropriação das atividades econômicas, a dinâmica produtiva tradicional passa a ser desintegrada e revitalizada, pelo que Milton Santos chamou de meio técnico, científico e informacional. O campo se engrena num complexo de redes técnicas mundializadas que “desprezam” as forças de produção camponesas e determina a reprodução da força de trabalho profissionalizado (capitalizado). Do espaço incorporado pelo capital restam pouquíssimas oportunidades para a mão-de-obra “desqualificada” dos racionais métodos de trabalho “profissionalizado”.

A formação dessa conjuntura engendra um aprofundamento das relações de desigualdade social e subordinação camponesa no processo de “acumulação primitiva”, na disponibilização de mercado de terras, mão-de-obra e alimentos baratos.

É nesse contexto de transformações atuais do território brasileiro, que os artigos deste na Revista NERA organizou esse número. Iniciando a edição, Beatriz Heredia e Rosângela Cintrão apresentam-nos um artigo sobre o acesso a políticas públicas e seus impactos sobre as mulheres.

No segundo artigo, Denise Elias nos apresenta um trabalho sobre a expansão do agronegócio da soja no cerrado e no semi-árido nordestino, focalizando seus impactos na estrutura fundiária, nas relações de trabalho e na expansão da desigualdade social.

Na seqüência, Eliane Tomiasi Paulino trata sobre a problemática da luta pela terra em um assentamento do interior paranaense, refletindo sobre o “equivoco de se utilizar critérios baseados na renda monetária para contestar a pertinência da reforma agrária no Brasil”.

A revista segue com Maria Aparecida de Moraes Silva *et alii* expondo a exploração do trabalho de migrantes temporários no agronegócio da cana-de-açúcar, visando compreender a ontologia do ser social e da luta de classes na sociedade capitalista.

No próximo artigo Bernardo Mançano Fernandes e eu apresentamos parte de nossas pesquisas sobre as mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso, enfocando a grande expansão de área e de propriedades que ocorreu de 1992 a 2003.

Miguel Teubal trabalha teoricamente sobre a renda terra na economia política clássica de David Ricardo, contextualizando a realidade da época em que a teoria foi elaborada.

Sônia de Souza Mendonça Menezes e Maria Geralda de Almeida trabalham com os conceitos de território, rural e redes no contexto da realidade do território das fabriquetas de queijo, no interior sergipano.

Wagner Miralha nos apresenta um artigo resgatando as origens da questão agrária brasileira, no sentido das injustiças sociais, colocando necessidades de reforma agrária nos dias de hoje.

E, finalmente, José Arbex Júnior, na seção Polêmica, defende de que a expansão da fome e da miséria no mundo é consequência das políticas neoliberais.

No intuito de fomentar o debate teórico na comunidade geográfica, firmamo-nos atenciosamente, agradecendo a participação dos autores neste número.

Matuzalem Cavalcante